



Publicação
de Divulgação
Científica

chc

Ciência Hoje das Crianças



E S P E C I A L



Educação antirracista



O melhor remédio para combater o racismo é a educação.

Mas isso não tem a ver com bons modos simplesmente.

Racismo não é apenas um mau comportamento: não acontece apenas quando uma pessoa insulta ou agride alguém pelo simples motivo de não gostar de sua origem, seu tom de pele ou sua aparência. Racismo é um sistema, algo organizado e estruturado há séculos na sociedade.

Em nome dele, alguns grupos são massacrados para dar privilégios a outros. Mudar isso pode parecer muito difícil, mas não é impossível. O ponto de partida é sermos antirracistas.



Uma aldeia inteira antirracista

Há um provérbio na Nigéria que diz: “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Essa mesma ideia aparece de diferentes maneiras pelo continente africano. Por meio da tradição oral, daquilo que se fala, alguns países passam lições importantes como essa, de geração em geração. Esse é um pensamento cheio de significados e que tem tudo a ver com a luta por uma educação antirracista. Por quê? Por lembrar a quantidade de pessoas que participam da formação de uma só pessoa, seja na escola, em casa ou até na rua, além de trazer a ideia de que é preciso juntar todo mundo de olhos e ouvidos

bem abertos para combater o racismo.

Toda escola tem vários agentes educadores. Não são apenas as professoras e os professores, sabia? Todos e todas que atuam na coordenação pedagógica, na orientação educacional, na direção, na administração, na cantina, na portaria... devem se sentir parte do processo educativo antirracista, junto dos estudantes e de suas famílias. Podemos imaginar essa gente toda como uma aldeia que se une para produzir uma cultura escolar que celebra e valoriza a presença negra e indígena na nossa sociedade e na nossa história.

Uma escola para todos

A escola é um lugar onde o racismo aparece de uma forma muito visível e sensível. Nas relações entre as pessoas, nas funções administrativas e de gerenciamento, nas salas de aula e em outros espaços. Reconhecer isso é um passo importante para superar as expressões do racismo. Como? Fazendo um exercício de olhar e perceber como estão distribuídas as funções conforme a cor da pele. Já notou se as pessoas negras estão atuando tanto na diretoria como no corpo de professores? Ou essas áreas são ocupadas apenas por pessoas brancas?

A escola é um lugar poderoso para começarmos a enfrentar o racismo, porque o conhecimento é um aliado nesta luta. Uma educação antirracista começa quando passamos a fazer perguntas para entender melhor como funciona esta cultura de exclusão pela cor e aparência, que derruba a autoestima, cria conflitos e produz desigualdades.

Racismo estrutural

Muitas vezes, quando tomamos conhecimento de notícias sobre atos racistas, chamamos as pessoas que os praticam de loucas ou más. Acontece que, desse jeito, a atitude racista fica parecendo apenas um

comportamento individual, de alguém descompensado. Precisamos pensar que o comportamento racista é uma construção. Isso quer dizer que, por anos e anos, essas pessoas, em sua maioria brancas, ou que se consideram brancas, exploram, excluem e diminuem outras pessoas por causa de sua origem ou etnia, que determina a cor da pele, a textura do cabelo ou os traços do rosto. E por que fazem isso?

O racismo surge na História como uma maneira de justificar o fato de que algumas pessoas poderiam ser submetidas por outras. A justificativa? Sua aparência e cultura eram consideradas inferiores por quem as oprimiam. Sabendo

que os explorados não iriam aceitar facilmente este lugar, os exploradores foram construindo um pensamento que “explicava” as razões dessa desigualdade. E mais: buscava fazer com que os grupos que foram oprimidos desde a infância aprendessem a se reconhecer como inferiores.

Parece horrível, não é? E é muito ruim, mesmo. Mas essa é a estrutura da sociedade atual, onde o racismo se fixou e cresceu. E é daí que vem o termo “racismo estrutural”, de uma construção organizada ao longo do tempo para separar e humilhar as pessoas que apresentam pele, cabelo ou traços físicos que se diferenciam daqueles que são ou se consideram brancos.



O conhecimento que adquirimos na escola é um poderoso aliado no enfrentamento do racismo.

Foto Freepik



O Caçador de Escravos, de Jean-Baptiste Debret: obra que retrata a escravização de indígenas.

Imagem MASP

Não existem justificativas “nobres” para o racismo, mas as sociedades que o idealizaram inventaram algumas para exercer seu poder. Esses grupos construíram explicações de superioridade religiosa, biológica e até mesmo cultural, comparando e diminuindo tudo o que não era igual. Pessoas com aparência, costumes e crenças diferentes eram consideradas selvagens e perigosas. Inventaram inimigos!

Povos escravizados

Assim também foram construídas as bases da exploração e da tomada das

terras dos povos originários das Américas, os indígenas. Os conquistadores europeus chamaram os indígenas de pagãos, por não serem cristãos, desprezaram suas culturas e conhecimentos, e expulsaram essas pessoas das próprias terras. Passaram a dizer que a maneira como viviam era errada, e que deveriam deixar de ser como eram para poder sobreviver. Assim os indígenas foram escravizados e forçados a cultivar a religião do branco europeu.

Ainda com base na ideia de superioridade da religião e cultura europeia, os europeus trouxeram milhões

de africanos e africanas escravizados para trabalhar no continente americano. O Brasil foi o país que recebeu essas pessoas por mais tempo e em maior quantidade, todas transportadas à força para cá.

A sabedoria, a beleza e a riqueza das tradições negro-africanas foram tratadas como selvageria, como um perigo para os chamados “bons costumes” da sociedade branca. Os cativos trouxeram conhecimentos e tecnologias, e tudo foi usado para enriquecer aqueles que os escravizaram. Só que nada foi reconhecido como sendo de conhecimento ou criação dos africanos.

O poder dar cor

No final do século 19, mais de 300 anos após o início da escravização de negros e indígenas, uma explicação mais sofisticada para o racismo foi criada. Isso quando já se abolia a escravidão em muitos lugares! Inventaram a ideia de superioridade racial, estabelecendo uma ordem em que os brancos ficavam no topo e todos os não brancos eram inferiores.

A ciência foi usada para apoiar o racismo. Características biológicas serviram de base para se inventar novas justificativas para a desigualdade. Tudo isso para quê? Para sustentar que europeus tinham o direito a invadir e explorar regiões da África e da Ásia, e que os Estados Unidos poderiam fazer o mesmo no Caribe e na América Latina.

No século 20, o racismo organizado passou a usar,

por exemplo, os meios de comunicação, as escolas, a polícia e os tribunais para espalhar suas ideias e estabelecer medidas de exclusão. É por isso que racismo reverso, ou seja, racismo de pessoas negras para com pessoas brancas, não existe, porque não existiu um processo de construção de uma cultura contra brancos. Assim, quando pessoas brancas se sentem discriminadas pela própria origem ou aparência, ou quando ficam desconfortáveis se outros as apontam como privilegiadas, elas podem alegar serem vítimas de preconceito, não de racismo.

O racismo não é natural, não nasceu de uma maldade humana em particular. O racismo foi estruturado para permitir que alguns lucrem, comprem armas, dominem os meios de comunicação, influenciem o que se aprende na escola, ou seja,

para que somente os brancos ocupem os lugares de poder.

Justiça e igualdade

As ações que têm o objetivo de reduzir as diferenças de oportunidades entre brancos e negros/indígenas no Brasil pretendem construir uma sociedade mais justa e igualitária, e não desvalorizar a população branca.

A luta antirracista não é somente para impedir que pessoas más humilhem ou agridam outras pessoas por sua cor ou aparência. É isso, também. Mas é, sobretudo, para que as pessoas pensem sobre como devemos tratar a todos, com igualdade e inclusão. No caso da educação, em especial, o poder do conhecimento fortalece condutas respeitadas, inclusivas e também a luta por direitos iguais para todos e todas.



Terreiros de Santo Amaro (BA) se unem contra o racismo: foto de mãe Williana de Odé em seu terreiro.

Foto Joédson Alves/Agência Brasil

Dicas de leitura!

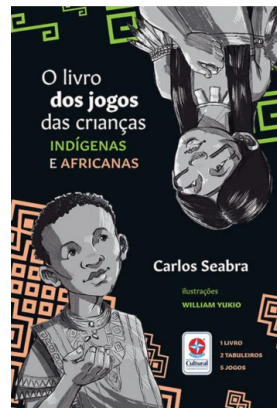
O livro dos jogos das crianças indígenas e africanas

Os povos indígenas brasileiros conhecem uma infinidade de brincadeiras. Algumas delas, como a peteca e o jogo da onça, você pode conhecer nesta obra que, além de jogos indígenas, também traz jogos originários da África. Sabia que os africanos criaram centenas de jogos de tabuleiro? Confira!

Autor: Carlos Seabra

Ilustrações: Willian Yukio

Editora: Estrela Cultural



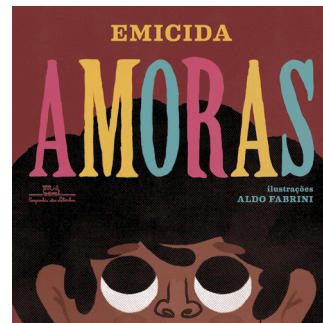
Amoras

Amoras são frutas silvestres, quase sempre bem docinhas. Mas amoras também podem representar crianças que têm um mundo inteiro para explorar e conhecer. Nesta obra de poesia, amora vira música e música vira livro. Quer conhecer?

Autor: Emicida

Ilustrações: Aldo Fabrini

Editora: Companhia das Letrinhas





Sempre houve resistências ao racismo

Quando pensamos em como surgiu o racismo e como ele se espalhou e cresceu, é comum vir à cabeça perguntas como: ninguém se revoltou? Será que as pessoas todas aceitaram? A verdade é que nunca deixou de existir resistência às ideias e condutas racistas.

Na história da escravidão, os que eram escravizados sempre buscaram formas de escapar do racismo e confrontá-lo. Aliás, uma das estratégias mais comuns foi se utilizar dos próprios argumentos dos racistas para questionar o racismo. Parece confuso, mas vamos explicar.

O discurso racista começou se apoiando muito na religião cristã, que classificou tanto os povos negros quanto os indígenas como infiéis e pagãos. Por isso, eles eram

considerados inferiores. Para confrontar este argumento, foram utilizados outros aspectos da própria doutrina cristã. Trechos da Bíblia como este, encontrado em Gálatas, capítulo 3, versículo 28: “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus”. Este foi um jeito de denunciar atitudes racistas como contrárias ao cristianismo, uma maneira de defender que povos que não eram brancos também tinham humanidade, devendo ser reconhecidos como fiéis seguidores do Evangelho. Essa estratégia foi usada em denúncias de religiosos contrários ao tratamento dado aos indígenas e também em documentos enviados por soberanos africanos às autoridades da Igreja.

O caso do príncipe Lourenço

Um caso de resistência ao racismo aconteceu no século 17, quando o príncipe africano Lourenço da Silva Mendonça, herdeiro dos governantes do antigo reino do Ndongo, em Angola, foi até o Vaticano. Lá, ele denunciou as autoridades de Portugal e da Espanha por crimes contra a humanidade pela escravização de africanos. Ele questionou as justificativas da religião cristã que negavam aos negros um lugar de igual valor aos demais povos.

No final do século 19, missionários cristãos incentivados por Dom Comboni, um bispo italiano que atuou no Sudão, passaram a defender que a religião católica deveria se reconstruir a partir da África

e se espalhar pelo continente com o engajamento dos próprios africanos e africanas como fiéis. Isso ocorreu numa época em que, nas áreas da política internacional e da ciência, se construíam justificativas biológicas de uma superioridade branca para o fortalecer o racismo.

Canais de denúncias

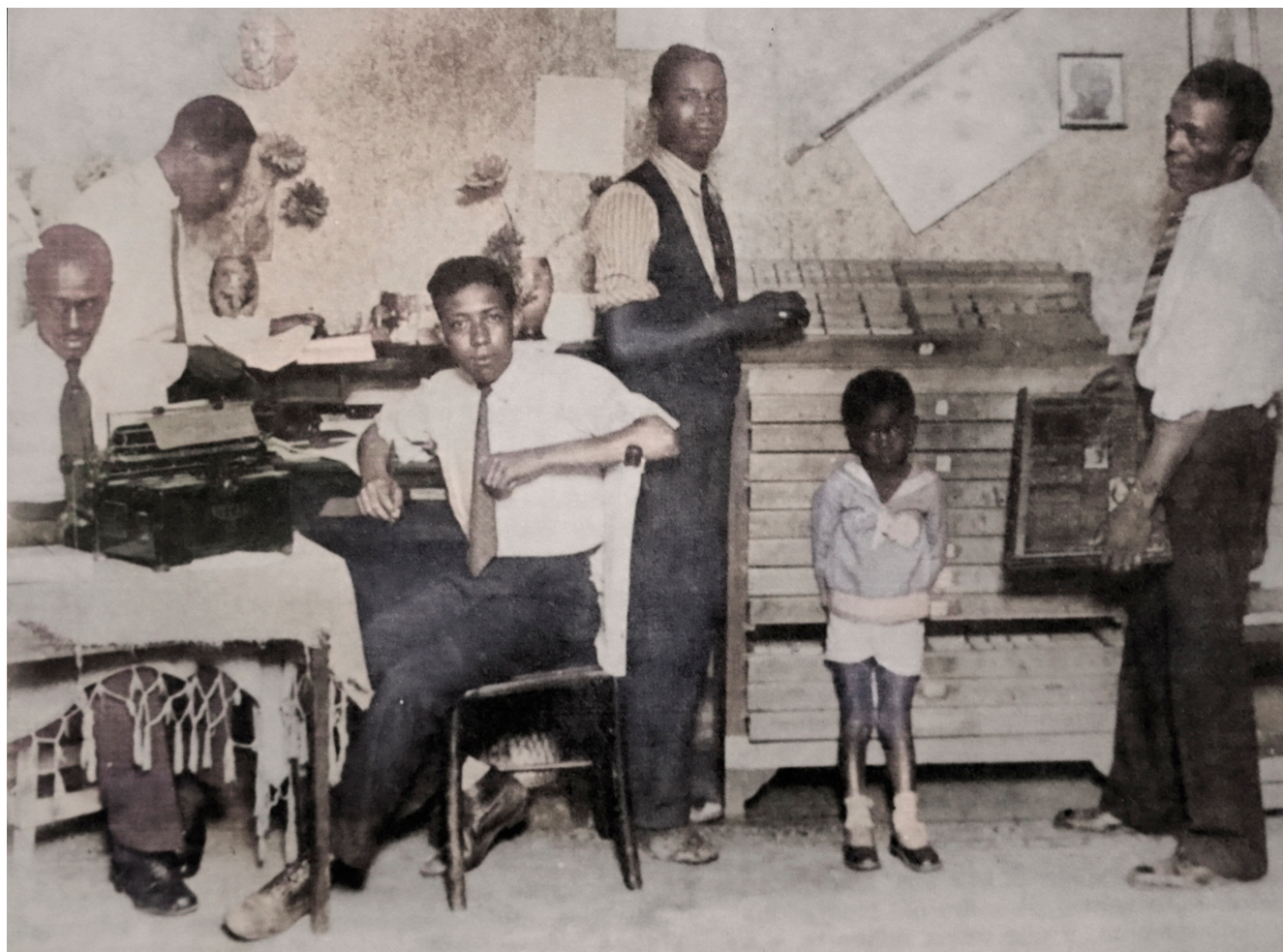
Em 1833, quando a escravidão negro-africana ainda era legalizada no Brasil, foi fundado na cidade do Rio de Janeiro um jornal antirracista chamado *O Homem de Cor*. Este jornal surgiu na Tipografia de Fluminense, de propriedade

de Francisco de Paula Brito, um homem que reuniu outros intelectuais negros, como ele, que produziam textos literários e de crítica às barreiras raciais. Esse não foi o único! Entre 1833 e 1899, também no Rio, que era a capital do país, existiram outros jornais parecidos, como o *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Lafluente* e *O Crioulinho*.

Em São Paulo, entre 1888 e 1889, os jornais *A Pátria* e *O Progresso* traziam a mesma ideia: “órgão dos homens de cor”. Eles faziam o debate sobre o racismo em artigos escritos por negros e brancos. No jornal *A Pátria*, que defendia o fim da monarquia, que à época tinha o imperador D.

Pedro II como representante, escreveu: “Teremos sempre por divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Segundo a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, autora do livro *Imprensa Negra no Brasil do Século 19*, a criação desses jornais demonstrava que, uma vez vencida a luta pelo fim da escravidão, a luta antirracista seria o próximo desafio. Em 1915 surgiu, também em São Paulo, o jornal *O Menelik*, que vendia a ideia de “órgão noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor”. Foi fundado por um poeta negro chamado Deocleciano Nascimento e desafiava o discurso de uma parte poderosa



Redação do jornal *O Clarim d'Alvorada*, em São Paulo: um dos mais importantes jornais da história da imprensa negra brasileira.

Foto Arquivo jornal Quilombo/Reprodução



Militantes da Frente Negra Brasileira: movimento que apostava na educação para extinguir o racismo.

Foto Biblioteca Nacional Digital

de intelectuais brancos que haviam sido convencidos de que a ciência dava razão ao racismo. E, nos anos 1920, foi muito ativo o jornal *O Clarim d'Alvorada*, que circulava também na capital paulista, e debatia sobre o racismo, valorizando a identidade e a história negras.

No início da década de 1930, teve início a Frente Negra Brasileira, que reuniu milhares de apoiadores e se tornou um movimento social tão expressivo a ponto de ser reconhecido como um exemplo fora do Brasil. Uma das principais linhas de atuação desta entidade do movimento negro brasileiro era a educação, considerada como um caminho para salvar o país e extinguir o racismo. O pouco tempo de vida, 1931 a 1936, não retirou a força dessa histórica agremiação, que foi marcada por não se conformar com a

desigualdade de tratamento e de acesso a direitos dos negros no Brasil em comparação com os brancos.

Outras formas de luta

A luta antirracista também se faz por diferentes formas, como ao valorizar a cultura e herança que os africanos deixaram no Brasil. Temos, por exemplo, muitas palavras de origem africana que encontraram espaço na nossa língua portuguesa. Temos também a prática de celebrar a vida pelas festas, com danças, ritmos e estilos musicais de raízes negras que se tornaram tipicamente brasileiros. Temos ainda por aqui a prática de religiões de matriz africana. E o que dizer da nossa culinária? O angu, a feijoada e o acarajé são alguns dos muitos pratos que têm origem africana.

Todas essas expressões culturais fortalecem o combate ao racismo. Algumas delas, porém, até conquistarem um espaço pela força de negros e negras, foram proibidas, perseguidas, menosprezadas e desqualificadas por muitas décadas. Esse é o caso do samba, da capoeira e de muitas festas negras, que tinham seus praticantes punidos, mas que hoje são fundamentais para a formação da identidade do povo brasileiro.

Não se pode pensar a resistência ao racismo sem entender que a conquista de direitos e afirmação da humanidade da população negra passou pela força de suas manifestações culturais. Como diz a letra da canção *Milagres de Fé*, escrita por Caetano Veloso: “foi o negro que viu a crueldade bem de frente e ainda produziu milagres de fé no Extremo Ocidente”.

Dicas de leitura!

Sinto o que eu sinto

É normal sentir raiva, orgulho, alegria e outros sentimentos? Dan, o menino dessa história, descobriu que é sim, e que precisamos aprender a lidar com tudo isso. Para isso, seu avô lhe contou uma história muito interessante.

Autor: Lázaro Ramos

Ilustrações: Ana Maria Sena

Editora: Carochinha



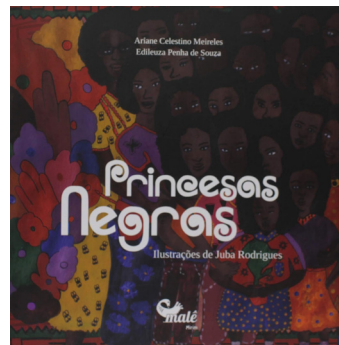
Princesas Negras

Uma princesa, você sabe, sempre traz muitas características incríveis: bondade, inteligência, coragem... As princesas deste livro também são muito especiais e trazem, além de tudo isso, a história de seus ancestrais. A coroa? É o cabelo!

Autoras: Edileuza Penha de Souza e Ariane Celestino Meireles.

Ilustrações: Juba Rodrigues

Editora: Malê Mirim





Direito à educação

O ano era 1889, fazia pouco tempo que havia sido abolida a escravidão no Brasil.

A população negra fazia parte da sociedade, mas sabia que, para combater o racismo e lutar por cidadania, era fundamental ter direito à educação. Então, uma carta foi enviada ao importante político Ruy Barbosa, escrita pela Comissão de Libertos de Paty do Alferes, no interior do estado do Rio de Janeiro. Este documento reivindicava escolas para os filhos de africanas e africanos, conforme havia sido prometido na chamada Lei do Ventre Livre, de 1871.

Nesta lei, havia sido criado um fundo de emancipação, isto é, uma quantidade de recursos para financiar a educação de filhos e filhas de libertos. Os que assinaram a carta cobravam este investimento. E esse documento não foi enviado apenas para pessoas consideradas influentes, mas também para vários jornais da época. Esse grupo tinha consciência de que a escravidão sustentou o Brasil durante todo o período imperial e cobrava que a legislação fosse cumprida, para dar nova oportunidade aos seus descendentes.

Escolas para negros e negras

A luta pelo direito à educação esteve muito presente nas reivindicações da população negra e africana escravizada, mesmo em tempos da escravidão. Em 1853, um homem chamado Pretextato Passos da Silva, mais conhecido como Professor Pretextato, pediu autorização para legalizar sua escola, no Rio de Janeiro. Ele ensinava crianças negras a ler e escrever. E, sim, este professor era negro, não se sabe se filho de libertos ou livres, e

se empenhava, com os poucos recursos que tinha, em oferecer essa oportunidade para quem, por sua origem e sua cor, não seria aceito em outras escolas.

Pretextato não foi o único naqueles tempos a criar espaços de escolarização para negras e negros. A irmandade de São Benedito oferecia aulas públicas em São Luís do Maranhão até 1821. E há notícias de que Negro Cosme, um dos líderes da Balaiada, revolta que surgiu também no Maranhão, criou uma escola no Quilombo da Fazenda Lagoa Amarela, nos anos 1830.

Na primeira metade do século 20, o Clube Negro Flor de Maio criou uma escola primária em Campinas, no estado de São Paulo. Na capital paulista, a Frente Negra Brasileira fundou, nos anos de 1930, um curso

preparatório para o ginásio (atual ensino fundamental II), porque entenderam a importância de os jovens negros avançarem nos estudos, não pararem nas séries iniciais.

Era forte entre a população negra a ideia de que só alcançariam a cidadania de uma forma completa com acesso à educação. Ao longo da história do Brasil do século 20, muitas famílias negras investiram tudo que conseguiam com seu trabalho duro para que os mais jovens pudessem frequentar escolas e, sempre que possível, concluíssem seus estudos.

Mas... Essas crianças e jovens nem sempre se sentiam aceitos no ambiente escolar. Durante muito tempo foram minoria nas salas de aula, e sofreram no dia a dia o peso do racismo.

Racismo na escola

O fato de a população negra ter alcançado o direito a estudar e conseguir frequentar um estabelecimento público de ensino não foi mudança suficiente para superar o racismo nas escolas. Esse mal era vivido não somente nas relações com as pessoas, como colegas e professores, mas também por meio do que era ensinado e como era ensinado.

Além da presença de indígenas, negros e negras ser quase inexistente nas salas de aula, os ensinamentos sobre a história desses povos, quando apareciam, eram desvalorizados. Os brasileiros não brancos não tinham lugar nos livros didáticos. Quando muito, eram representados



Uma escola antirracista precisa valorizar os saberes e conhecimentos das populações negras e indígenas.

Foto Freepik



Alunos dançam jongo em frente à escola Levy Miranda, na Ilha da Marambaia.

Tânia Rêgo/Agência Brasil

como escravizados ou selvagens que impediam a expansão e o avanço da civilização. Imagine: crianças brancas vendo nos livros as pessoas não brancas sendo retratadas desta forma, como se acostumavam a tratar seus colegas negros, negras e indígenas?

Muita luta foi necessária para que se repensassem os currículos escolares, os conteúdos que eram transmitidos em aula. Muito tempo se passou até que, em 2008, fossem aprovadas leis para tornar obrigatório o ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, do Brasil.

Mas leis não bastam para derrubar o racismo construído por séculos na educação brasileira. Para que isto aconteça é preciso repensar

as formas de ensinar, é preciso promover escolas com abordagem antirracista.

Escola antirracista

Os caminhos para um ensino antirracista apontam para uma escola que reconheça os saberes e os conhecimentos das populações negras e indígenas. O que sabemos sobre o Brasil na visão de povos indígenas e quilombolas? Como esses grupos contam e interpretam a história de seus antepassados? Quais são os homens negros e as mulheres negras que se destacaram por seus feitos? E entre indígenas? Que conhecimentos sobre as plantas, a natureza, e as construções esses povos têm e que são importantes para toda sociedade brasileira?

Para termos uma educação antirracista é preciso diálogo com culturas que, por força do racismo, tiveram suas vozes colocadas fora do nosso espaço de escuta. Essas vozes nunca se calaram, mas não conseguiram ser escutadas no ambiente escolar ou mesmo nos meios de comunicação, onde suas falas poderiam ter repercussão.

Não precisamos olhar somente para um passado distante para recuperar este enorme desconhecimento. As pessoas estão aí, hoje, nas escolas de samba, nas comunidades de terreiro, nos quilombos, nas aldeias indígenas... É lá que fazem suas canções, festas e rituais, plantam ervas medicinais e escrevem livros sobre suas histórias. Que tal pesquisar e conhecer mais essas coisas?

Dicas de leitura!

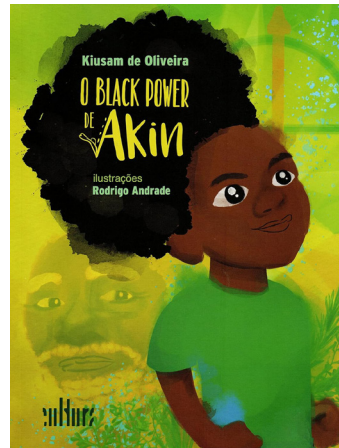
O black power de Akin

Akin sofre na escola algo que é muito ruim para qualquer pessoa: o racismo. Xingamentos, brincadeiras de mau gosto, humilhações... Tudo por conta do seu cabelo crespo. Mas o menino encontra poderes para superar o preconceito.

Autor: Kiusam de Oliveira

Ilustrações: Rodrigo Andrade

Editora: Cultura



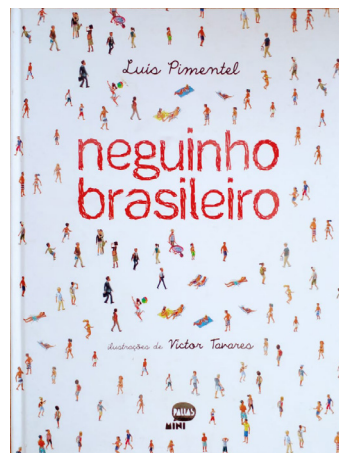
Neguinho brasileiro

Nessa aventura, você vai conhecer as principais capitais do Brasil com Neguinho, um apelido que só os muitos íntimos podem usar. Ele representa o povo brasileiro. Juntos, vocês vão conhecer o Pelourinho, em Salvador, na Bahia; as obras de arte e as comidas típicas de Belo Horizonte, em Minas Gerais; passear à beça pelas ladeiras de Olinda, em Pernambuco. Bora?

Autor: Luís Pimentel

Ilustrações: Victor Tavares

Editora: Mini Pallas





Não tem graça nenhuma

Fazer piada utilizando preconceito racial para rir das pessoas não tem a menor graça. Brincadeira só vale quando todo mundo se diverte com ela e ninguém sai machucado ou humilhado. Risada às custas do sofrimento do outro não é uma boa risada.

É certo que todo o humor envolve, muitas vezes, ingredientes como a zombaria, incompreensões, o erro de alguém que produz um resultado inesperado ou esquisito. Por tudo isso, pode ser que surja uma cena engraçada.

O humor, historicamente, tem sido um caminho para a resistência ao autoritarismo,

ou seja, aquilo que é imposto contra a nossa vontade. O riso é uma forma de expressão não apenas de alegria, mas de crítica. A comédia é um exemplo disso: desde a Antiguidade, os autores de textos cômicos fizeram deste tipo de criação caminhos para apontar erros ao ridicularizar situações e personagens, seja no teatro ou na literatura.

Humor tem limites

O humor racista tem sido uma maneira de as sociedades racistas seguirem demonstrando seus preconceitos livremente. Quando há contestação, quando se aponta as brincadeiras como sendo de mau gosto, surgem

argumentos que parecem muito justos: “era só brincadeira” ou “as pessoas estão perdendo o senso de humor” ou “o mundo está ficando muito chato”. Não importa o que digam, nenhuma brincadeira deve causar sofrimento no outro.

Uma escola democrática vai sempre defender a liberdade de expressão. Afinal, é uma das liberdades que historicamente se reivindicou para que fosse garantida a cidadania. Poder dizer ou escrever o que se pensa é um direito fundamental, sem dúvida. Mas, como todo mundo sabe, nem sempre se deve e se pode dizer o que nos vem à cabeça. Uma autocensura – que é uma reflexão se o que

pensamos é adequado ou não – estimulada pela educação e pelo respeito às outras pessoas é item indispensável para vivermos em grupo. Temos que avaliar bem se o que estamos pensando faz sentido, se vai ser bom para alguém que seja dito ou feito, se melhora o mundo de alguma forma... E se precisa mesmo ser falado!

Leveza, liberdade e respeito

Liberdade de expressão tem seus limites criados pelo desejo humano de bem-viver, de considerar o que sentem e pensam as outras pessoas que vão receber o que vamos mostrar ou falar. Isso não impede ninguém de ser sincero ou verdadeiro e nem engraçado, apenas nos ajuda a não desprezar os outros.

A sala de aula é um lugar em que se deve garantir o direito à fala, à escuta, à criação de todos e todas. Mas junto com essa garantia devem vir os princípios de uma convivência respeitosa. Aprender a conviver é uma das mais importantes funções que a escola, junto com as famílias e a comunidade, pode ter.

O humor pode tornar a vida mais leve, sem dúvida. E leveza é bom, traz bem-estar, alegria... Tudo isso ajuda a aprender! Só que o humor deixa de trazer estas boas sensações quando pode causar humilhação ou tristeza em alguém.

Racismo recreativo

Fazer piadas, ou trazer personagens que zombam da aparência ou cultura de determinada pessoa ou grupo se chama racismo recreativo. Ele fere a autoestima. É algo que gera desconforto e sofrimento, e, claro, não pode trazer nada de bom.

No carnaval, há quem se disfarce de personagens que foram criados a partir do preconceito. Quer exemplos? As “negas/os-malucas/os” (roupa e maquiagem que exageram traços do rosto ou parte do corpo que ridicularizam quem é negro) e os “índios” (uma caracterização de indígenas, que é uma etnia com sua própria cultura). Essas “fantasias” reforçam e ajudam a perpetuar o racismo. São maneiras de expressar o olhar de desprezo e discriminação sobre a aparência de pessoas negras e indígenas.

As piadas e letras de canções que envolvem zombaria sobre o cabelo ou a cor da pele de alguém surgiram num tempo em que se tolerava esse tipo de manifestação de racismo. Hoje, felizmente, não são mais bem-vindas. Perderam a graça para uma boa parte das pessoas, e deveriam perder para todo mundo.

O riso bom deve ser o riso coletivo. Seja na brincadeira, na sala de aula, no recreio, na apresentação de um trabalho ou na conversa entre amigos, deve ser aquela risada que surge de uma história ou uma situação em que todos e todas se divertem.



Muitas vezes, na televisão, no cinema ou mesmo na literatura, aparecem histórias, cenas e personagens que foram criados com base no pensamento racista. Afinal, em uma sociedade como a brasileira, com o preconceito racial na sua estrutura, é comum que apareçam e, por ser tão frequente, quase não sejam notados. Por isso, é importante prestar atenção e buscar o equilíbrio entre o respeito à liberdade de criação artística e literária e, ao mesmo tempo, o cuidado com qualquer reforço do racismo.

Diversão consciente

É muito comum encontrar nas letras de canções populares versos racistas ou que expressam outros preconceitos contra mulheres, homossexuais... Isso porque elas surgiram num tempo em

que se aceitava o tratamento preconceituoso como algo natural. Hoje em dia, algumas pessoas alteraram, ou por serem obrigadas ou de forma bem-humorada, o texto dessas canções, tirando os conteúdos preconceituosos e colocando outros, respeitosos. E mais ainda: há toda uma produção musical denunciando o racismo, que se populariza e cai no gosto de muita gente. Artistas negros e indígenas, alguns deles que atuam na música como *rappers*, fizeram da sua criação uma luta antirracista. E têm saído ótimos resultados. Afinal, o antirracismo pode produzir entretenimento.

Há também muitos artistas negros ocupando lugar importante nas mídias sociais. Eles fazem sucesso e usam estes espaços também para questionar o racismo. Muitas vezes utilizam seu “lugar de

fala” (que é quando você faz parte de um grupo e pode falar sobre ele) para zombar dos estereótipos que foram criados sobre eles e elas próprias. E podem fazer isso sem reforçar o preconceito? Podem, porque estão rindo de si mesmos, transformando a dor em denúncia, pelo humor. E, neste caso, é cabível, porque o humor de quem tem lugar de fala não é dirigido a um outro.

Na próxima vez que formos brincar, pular carnaval ou contar uma piada, vale prestar atenção para os conteúdos que trazem estas formas de graça e a diversão que escolhemos. Sempre é bom ver se não carregam preconceitos. Nada disso vai nos tirar o bom humor, nem a alegria. Pode sim, fazer com que nosso riso seja verdadeiramente mais feliz, porque sabemos que não vai causar ou valorizar nenhuma humilhação.



Riso bom é o riso coletivo, piadas preconceituosas não têm graça.

Foto Freepik

Dicas de leitura!

Neguinha, sim!

Quem aí está muito contente com a própria aparência? A menina dessa história teve um encontro com a autoestima e nos conta como foi.

Autor: Renato Gama

Ilustrações: Bárbara Quintino

Editora: Companhia da Letrinhas

Jongo

Machado! Esta palavra é usada para interromper uma dança que veio de longe, trazida pelos negros que vieram para o Brasil, escravizados, para trabalhar de graça para os europeus. O nome dessa dança é jongo. E essa herança ficou, assim como outras contribuições, para a cultura brasileira. Quer conhecer?

Autora: Sonia Rosa

Ilustrações: Rosinha Campos

Editora: Pallas



Esta edição tem texto e curadoria científica de Monica Lima, Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.



As edições especiais da Ciência Hoje das Crianças (CHC) são publicações do Instituto Ciência Hoje.

Coordenação editorial:

Bianca Encarnação.

Editores de texto:

Bianca Encarnação, Cathia Abreu, Elisa Martins e Thaís Fernandes.

Direção de arte:

Walter Vasconcelos.

Programação visual e diagramação:

Fernando Vasconcelos e Luiza Merege.

Ilustrações: Bruna Assis Brasil e Mariana Massarani.

Contato:

redacao.chc@cienciahoje.org.br